

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



सत्यमेव जयते

SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

Secretariat

ORDER

2-29-66-GAD(A)

Shri R. S. Kenkre, Director of Education is granted leave for 60 days with effect from 18th July, 1966 with permission to prefix 17-7-1966, being Sunday.

On expiry of the leave, his services are replaced at the disposal of the Government of Maharashtra.

The nature of leave will be intimated later.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

D. V. Savant, Deputy Secretary, General Administration Department.

Panjim, 27th June, 1966.

Notification

2-29-66-GAD(A)

Dr. P. S. Varde, Deputy Director of Education, is appointed to hold current charge of the post of Director of Education with effect from 18th July, 1966 until further orders.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

D. V. Savant, Deputy Secretary, General Administration Department.

Panjim, 27th June, 1966.

ORDER

I&L/CEE/902/66/7684

Shri P. N. Mhaskar, Executive Engineer deputed by the Maharashtra State Electricity Board, Bombay is hereby posted as Executive Engineer, Electrical Construction Division (N) Bicholim, under the control of the Chief Electrical Engineer, Govt. of Goa, Daman and Diu with effect from 13-6-66 E. N. on deputation terms as given in the accompanying statement.

Shri A. M. Kantak, Executive Engineer, Electrical Construction, Division (N) Bicholim is relieved with effect from 19-6-66 A. N.

(Tradução)

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Secretaria

Portaria

2-29-66-GAD(A)

São concedidos ao Sr. R. S. Kenkre, director dos Serviços de Instrução, 60 dias de licença, a partir de 18 de Julho de 1966, sendo o mesmo autorizado a gozá-la a partir de 17 de Julho de 1966, domingo.

Após o termo da licença os seus serviços são repostos à disposição do Governo de Maharashtra.

A natureza da licença será definida ulteriormente.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio.

D. V. Savant, Secretário adjunto do Departamento da Administração Geral.

Panjim, 27 de Junho de 1966.

Portaria

2-29-66-GAD(A)

O Dr. P. S. Varde, director adjunto dos Serviços de Instrução, é nomeado para exercer as funções de director dos Serviços de Instrução, a partir de 18 de Julho de 1966, até ordens ultteriores.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio.

D. V. Savant, Secretário adjunto do Departamento da Administração Geral.

Panjim, 27 de Junho de 1966.

Portaria

I&L/CEE/902/66/7684

O Sr. P. N. Mhaskar, engenheiro executivo destacado pelos Serviços de Electricidade do Estado de Maharashtra, de Bombaim, é colocado como engenheiro executivo da Secção de Construção Eléctricas (N), em Bicholim, subordinado ao Engenheiro eléctrico, chefe, do Governo de Goa, Damão e Dio, a partir de 13 de Junho de 1966 (antes do meio-dia) e sujeito às condições de destacamento mencionadas no anexo a esta portaria.

O Sr. A. M. Kantak, engenheiro executivo da Secção de Construção Eléctricas (N), em Bicholim, é dispensado dessas funções a partir de 19 de Junho de 1966, após o meio-dia.

The declaration in terms of Govt. of India, decision contained in Ministry of Finance, Memo no. F2(9)Est.III/59 dated 4-4-1959 under F. R. 105 for the duty period of taking over of charge of the post of Executive Engineer, Elect. Constn. Div. (N) Bicholim by Shri P. N. Mhaskar, viz. from 13-6-66 to 19-6-66 has been separately issued.

STATEMENT No. I

Statement giving the terms and conditions of deputation of the Boards Engineer to the Goa Administration.

1. They should be allowed to draw their grade pay and Dearness Allowance under the Board and the following allowances:

- i) Deputation allowance of 20% of grade pay in the parent department.
- ii) Special Goa Compensatory Allowance of 8% of grade pay subject to a maximum of Rs. 75/-.
- iii) ... is provided with Govt. accommodation (owned or leased) he will be required to pay 5% of his basic pay towards house rent.

If Govt. accommodation is not provided he will meet the rent of private accommodation upto 5% of his basic pay and draw House Rent Allowance for the excess amount if rent paid by him subject to a maximum of 12½% of his basic pay.

If not accompanied by his family he will be eligible for free unfurnished accommodation on scales prescribed by Govt. or in lieu H. R. A. at the rate not exceeding 12½% of his basic pay.

2. Their lien should be allowed to be retained in the post held by them substantively.

3. During the period of deputation, they should be governed by the Maharashtra State Electricity Board Service Regulation in all respects including Travelling allowance, Daily allowance, leave etc.

4. They shall continue their subscription in accordance with the Board's prescribed rules to the Contributory Provident Fund of which they are members.

(a) The Goa Administration should reimburse to the Board month by month the Contributory Provident Fund Contributions and contributions on account of leaves, earned by them during the period of deputation according to the service Regulations of the Board.

(b) The Goa Administration should pay to the Board every year half month's emoluments of the deputationist, based on his average pay of last 12 months for each completed year of deputation (year of service shall be a completed year, 180 days or more counting as one completed year) in accordance with the rules framed by the Board towards gratuity payable to them at the time of retirement.

5. Leave should be granted according to the Board's Service Regulations. Leave accumulated in the Board and at credit at the time of deputation should be granted by the Goa Administration wherever required.

6. Travelling allowance and joining time pay both on transfer to the Goa Administration and on reversion therefrom shall be regulated according to the Board's Service Regulations and paid by the Goa Administration. The period of joining time shall be regulated under the rule of the Board.

7. The whole expenditure in respect of any compensatory allowance and Dearness allowance for periods of leave taken by the Boards Office while in or at the end of service under the Goa Administration shall be borne by the Goa Administration.

8. The Goa Administration shall be liable to pay leave salary in respect of any disability leave which may be granted

A declaração a que se refere a resolução contida no memorando do Ministério das Finanças do Governo da Índia, n.º F2(9)Est.III/59, de 4 de Abril de 1959, ao abrigo do F. R. 105, no respeitante ao tempo de serviço durante o qual o Sr. P. N. Mhaskar, exerceu as funções de engenheiro executivo da Secção de Construções Eléctricas (N), em Bicholim, nomeadamente, desde 13 de Junho de 1966 a 19 de Junho de 1966, é expedida separadamente.

ANEXO N.º I

Cláusulas e condições do destacamento, para a Administração de Goa, dos engenheiros dos Serviços de Electricidade do Estado de Maharashtra.

1. Os engenheiros terão direito ao vencimento e subsídio de carestia que percebiam nos Serviços acima referidos, e bem assim aos seguintes subsídios:

- i) subsídio de destacamento correspondente a 20 por cento do vencimento que percebiam nos Serviços de procedência.
- ii) subsídio especial de compensação de Goa, a razão de 8 por cento do vencimento-base, sujeito ao máximo de Rps. 75/-.
- iii) ... caso lhes tenham sido fornecidos aposentos, pertencentes ou arrendados ao Estado, terão de pagar 5 por cento do seu vencimento-base como subsídio de renda de casa.

Se não lhes tiverem sido fornecidos aposentos, pelo Governo, terão de pagar a renda dos mesmos até 5 por cento do seu vencimento-base e terão direito a perceber o subsídio de renda de casa pela importância excedente, desde que a renda por eles paga esteja sujeita ao máximo de 12½ por cento do seu vencimento-base.

Caso não estejam acompanhados das suas famílias, terão direito a residência gratuita, não-mobilada, segundo as escalas fixadas pelo Governo ou, na falta disso, ao subsídio de renda de casa, numa percentagem não excedente a 12½ por cento do seu vencimento-base.

2. Os engenheiros manterão o seu direito aos lugares por eles ocupados definitivamente.

3. Durante o período do seu destacamento, os mesmos estarão sujeitos ao regulamento dos Serviços de Electricidade do Estado de Maharashtra, em todos os respeitos, incluindo no que respeita ao subsídio de deslocamento, subsídio quotidiano, licença, etc.

4. Os mesmos continuarão a contribuir para o Fundo de Previdência de que sejam sócios de acordo com as normas dos referidos Serviços.

(a) A Administração de Goa, pagará todos os meses, aos mesmos Serviços, as contribuições para o Fundo de Previdência e as que se relacionem com licenças a que os engenheiros tenham adquirido direitos durante o período do seu destacamento, de harmonia com o regulamento dos mesmos Serviços.

(b) A Administração de Goa pagará, todos os semestres, aos Serviços acima referidos, os emolumentos mensais do deputationista, com base no seu vencimento médio dos últimos 12 meses, por cada ano completo de serviço em deputação (ano de serviço será um ano completo, considerando-se 180 dias ou mais como um ano completo) de acordo com as normas dos mesmos Serviços no respeitante às gratificações a serem pagas aos engenheiros na altura da sua aposentação.

5. A licença deverá ser concedida de acordo com as respectivas normas dos mesmos Serviços. A licença que tiver sido acumulada nos mesmos Serviços e a que o interessado tiver direito na altura do seu destacamento deverá ser concedida pela Administração de Goa, quando for necessária.

6. O subsídio de destacamento e vencimento à data de entrada no serviço, quer na altura da transferência para a Administração de Goa, como na de repatriamento, serão regulados de conformidade com as normas dos referidos Serviços e pagos pela Administração de Goa. O prazo de entrada para o serviço será regulado de harmonia com as normas dos mesmos Serviços.

7. O encargo respeitante a qualquer subsídio de compensação e de carestia durante os períodos de licença gozada pelos engenheiros, quer em serviço na Administração de Goa, ou quando o mesmo esteja por terminar, será suportado pela Administração de Goa.

8. A Administração de Goa, terá de pagar o vencimento durante a licença quando se trate duma licença concedida por

on account of disability incurred in or through such foreign service, even though such disability manifests itself after the termination of foreign service.

9. If departmental inquiry is to be instituted against the deputationist, they shall be reverted to the Board for holding such inquiry. The subsistence allowance shall be paid by the Board but it shall be recovered from the Goa Administration.

10. They shall be governed by any order of a general nature which may be issued by the Board.

11. On deputation they shall have option either to avail of free medical surgical and nursing treatment as may be permissible under the service Regulations of the Goa Administration or to avail himself on the benefit of the Board's medical Scheme in which case the Goa Administration shall bear the capitation and other charges as will have to be paid under the Board's Rules.

12. They shall not be on deputation to the Goa Administration for a period exceeding 2 years at a time without the specific approval of the Board.

13. Three months notice shall be given to the Board before effecting their reversion on deputation.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

B. K. Chougule, Secretary, Industries and Labour Department.

Panjim, 17th June, 1966.

Home Department

Order

HD-34-4562/66

In partial modification of Government order of even number dated 6/5/1966, Shri A. I. Shaikh, Deputy Superintendent of Police, is granted 60 days earned leave with effect from 12/4/1966. On the expiry of the leave, his services are replaced at the disposal of the Government of Gujarat.

A. V. Vaz, Under Secretary, Home Department.

Panjim, 24th June, 1966.

Office of the Custodian of Evacuee Property

Notification

CEP/GDD/A/Cs/Powers

In exercise of the powers vested in me by Section 8(2) (m) of the Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act 1964, I, Gulab L. Ajwani, Custodian of Evacuee Property, delegate to the Civil Administrator Diu, and ex-officio Deputy Custodian of Evacuee Property, the following powers of the Custodian:

- (i) enter or authorise any other person to enter any land or premises to inspect any evacuee property,
- (ii) require any person, notwithstanding anything to the contrary contained in any other law for the time being in force relating to the disclosure of any information by a public servant or any other person to furnish such returns, accounts or other information in relation to any property and to produce such documents in his possession as the Custodian considers necessary for the discharge of his duties under this Act,
- (iii) require any banking company to furnish such information as the Custodian may require with respect to any remittances made after the relevant date to any such area outside India as may be specified by the Custodian, either generally, or with reference to any person or class of persons, and

qualquer incapacidade contraída durante ou em virtude do serviço em destacamento, mesmo que essa incapacidade se manifeste depois de terminado tal serviço em destacamento.

9. No caso em que se tenha de proceder a averiguações departamentais em relação a qualquer deputacionista tais averiguações serão feitas pelos Serviços acima mencionados. O subsídio de subsistência será pago pelos referidos Serviços mas será cobrado da Administração de Goa.

10. Os engenheiros serão governados por quaisquer ordens de natureza geral que venham a ser expedidas pelos Serviços de que se trata.

11. Durante o seu destacamento os engenheiros terão a faculdade de optar ou pelo tratamento médico gratuito de harmonia com as normas de serviço da Administração de Goa ou pelo sistema de assistência médica dos Serviços de Electricidade e, neste último caso, a Administração de Goa suportará o encargo de acordo com as normas dos citados Serviços.

12. O período de deputação dos engenheiros, na Administração de Goa, não excederá a 2 anos de cada vez sem o explícito consentimento dos referidos Serviços.

13. Deverá ser dado um aviso com antecedência de três meses aos mesmos Serviços antes do repatriamento dos engenheiros.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

B. K. Chougule, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panjim, 17 de Junho de 1966.

Departamento do Interior

Portaria

HD-34-4562/66

Alterando, em parte, a portaria datada de 6 de Maio de 1966, são concedidos ao Sr. A. I. Shaikh, Superintendente adjunto da Polícia, sessenta dias de licença disciplinar, a partir de 12 de Abril de 1966. Após o termo da licença os seus serviços são repostos à disposição do Governo de Gujarat.

A. V. Vaz, Subsecretário do Departamento do Interior.

Panjim, 24 de Junho de 1966.

Repartição do Gestor da Propriedade dos Evacuados

Despacho

CEP/GDD/A/Cs/Powers

No uso das faculdades que me são conferidas pelo artigo 8(2)(m) de «Goa, Daman and Diu Administration of Evacuee Property Act, 1964», eu, Gulab L. Ajwani, Gestor da Propriedade dos Evacuados, delego ao Administrador Civil de Diu e ex-officio Gestor Adjunto da Propriedade dos Evacuados, os seguintes poderes do Gestor:

- (i) entrar ou autorizar qualquer outra pessoa a entrar em qualquer propriedade ou casa para inspecionar qualquer propriedade pertencente a evacuado.
- (ii) exigir que qualquer pessoa, sem embargo do disposto em contrário em qualquer outra lei presente em vigor em relação à prestação de qualquer informação por um funcionário ou alguma outra pessoa, forneça tais elementos, contas e outra informação quanto a qualquer propriedade e produza tais documentos em seu poder que o Gestor considere necessário para o desempenho das suas funções ao abrigo da referida Lei.
- (iii) exigir que qualquer corporação bancária forneça toda a informação que o Gestor possa necessitar com relação a quaisquer remessas feitas, depois de uma certa data que for indicada, para qualquer parte fora da Índia, conforme for especificado pelo Gestor, quer seja de uma maneira geral ou com referência a qualquer pessoa ou classe de pessoas, e

- (iv) take such action as may be necessary for the recovery of any debt due to the evacuee.

(Govt. of Goa, Daman and Diu Home Department's Notification no. HD-33-6805/66 dated the 15th June, 1966, refers).

Gulab L. Ajwani, Custodian of Evacuee Property.

Panjam, 22nd June, 1966.

Revenue Department

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. RD/LQN/180/66. — Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is needed for public purpose viz for construction of a building of Government Technical High School, Mapuca.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange, or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector after the date of this Notification, will, under Section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under Section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to direct under Sub-Section (4) of Section 17 of the said Act that as the acquisition of the said land is urgently necessary, the provisions of Section 5A, of the said Act shall not apply in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under Sub-Section (2) of Section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa.
2. The Director of Education, Panjim-Goa.

SCHEDULE

Taluka	Village	Description of the said land	Approximate Area
Bardéz	Mapusa	A block of land named «Rainchoi Sorvo» believed to be belonging to the Comunidade of Mapusa and bounded on the North and East by the Comunidade land; on the South by the Municipal road and St. Francis Xavier's High School, and on the West by private and Comunidade lands.	26086 hectares

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

N. Subramanian, Secretary (Revenue).

Panjam, 28th June, 1966.

- (iv) tomar medidas que forem necessárias para a cobrança de qualquer dívida pagável ao evacuado.

(Referência à Portaria n.º HD-33-7677/65, datada de 15 de Junho de 1966, do Departamento do Interior do Governo da Índia).

Gulab L. Ajwani, Gestor da Propriedade dos Evacuados.

Pangim, 22 de Junho de 1966.

«Revenue Department»

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º RD/LQN/180/66. — Considerando que o Governo de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção dum edifício para a Escola Técnica do Governo, em Mapuca.

Torna-se público ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)» que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo mais determina ao abrigo da alínea (4) do artigo 17.º do referido Act que, como a aquisição do aludido terreno é de urgente necessidade, o disposto no artigo 5A do mesmo Act não terá aplicação em relação ao dito terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno:

1. O Collector de Goa.
2. Director dos Serviços de Instrução, em Pangim, Goa.

QUADRO

Concelho	Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Bardês	Mapuca	Bloco de terreno denominado «Rainchoi Sorvo» que se presume pertencer à comunidade de Mapuca, confrontado de norte e nascente pelo terreno da comunidade; de sul, pela estrada municipal e pela St. Francis Xavier's High School e de poente, por terrenos particulares e da comunidade.	26086 hectares

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

N. Subramanian, Secretary (Revenue).

Pangim, 28 de Junho de 1966.

Notification

RD/LQN/191/66

Whereas by Government Notification, Revenue Department, no. RD/LQN/191/65 dated 7th October, 1965 published in the Government Gazette no. 29, Series II, dated 14th October, 1965, it was notified under Section 4 of the Land Acquisition Act, 1894, that the land specified in schedule thereto was likely to be needed to be taken by Government for establishment of the Corlim Industrial Estate.

Now it is hereby notified that the Government is pleased to direct that the said notification shall be cancelled.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

N. Subramanian, Secretary (Revenue).

Panjim, 29th June, 1966.

Law Department

Order

L.D./RT/30/66

In exercise of the powers conferred by sub-section (1) of section 401 of the Code of Criminal Procedure, 1898 as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu and of all other powers enabling him in that behalf, the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu hereby suspends the punishment of «Imposto de Justiça» on the following persons who were convicted and sentenced to pay the said «Imposto de Justiça», and «Acrecimos».

Sr. No.	Case No.	Name of persons
1.	—	Luis Santana Rodrigues
2.	—	Roque Vicente Xavier

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Kant Desai, Under Secretary.

Panjim, 21st June, 1966.

Order

L.D./RT/38/66

In exercise of the powers conferred by sub-section (1) of section 401 of the Code of Criminal Procedure, 1898 as extended to the Territory of Goa, Daman and Diu and Governor of Goa, Daman and Diu hereby suspends the punishment of «Imposto de Justiça» on the following persons who were convicted and sentenced to pay the said «Imposto de Justiça».

Sr. No.	Case No.	Name of persons
1.	18.183	João Excelso Lourenço de Almeida
2.	»	Gonopoti Dada
3.	»	Xec Mamod

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Law Secretary.

Panjim, 29th June, 1966.

Notification

LD/N/39/66

In exercise of the powers conferred by Sections 16, 17, 18, 19 and 21 of the Goa, Daman and Diu, Civil Court's Act, 1965 and all other powers enabling him in this behalf, the Administrator of Goa, Daman and Diu, in consultation with the High Court, hereby appoints Shri Blásio D'Souza, Civil Judge Junior Division and Judicial First Class Magistrate Diu, as Additional Civil Judge Senior Division Daman, in addition to his duties with immediate effect.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Kant Desai, Under Secretary.

Panjim, 2nd July, 1966.

Despacho

RD/LQN/191/66

Por despacho deste Departamento n.º RD/LQN/191/65, de 7 de Outubro de 1965, publicado no *Boletim Oficial* n.º 29, 2.ª série, de 14 de Outubro de 1965, fora tornado público, ao abrigo do antigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894», que a aquisição do terreno especificado no quadro anexo ao mesmo era necessária para os fins públicos da fundação duma área industrial em Corlim.

O Governo por este determina que o referido despacho fica sem efeito.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

N. Subramanian, Secretary (Revenue).

Panjim, 29 de Junho de 1966.

Departamento de Justiça

Portaria

L.D./RT/30/66

No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 401.º do Código de Processo Penal, de 1898, conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, e das demais faculdades que lhe são conferidas para esse fim, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, suspende a pena do Imposto de Justiça e acrecimos a que foram condenados os seguintes indivíduos:

N.º de Processo Série	n.º	Nomes
1.	—	Luis Santana Rodrigues
2.	—	Roque Vicente Xavier

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

Kant Desai, Subsecretário.

Panjim, 21 de Junho de 1966.

Portaria

L.D./RT/38/66

No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 401.º do Código de Processo Penal de 1898, conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, e das demais faculdades que lhe são conferidas para o mesmo fim, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, suspende a pena do Imposto de Justiça a que foram condenados os seguintes indivíduos:

N.º de série	Processo n.º	Nomes
1.	18.183	João Excelso Lourenço de Almeida
2.	»	Gonopoti Dada
3.	»	Xec Mamod

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Secretário de Justiça.

Panjim, 29 de Junho de 1966.

Despacho

LD/N/39/66

No uso das faculdades conferidas pelos artigos 16.º, 17.º, 18.º, 19.º e 21.º de «Goa, Daman and Diu, Civil Court's Act, 1965» e das demais faculdades que lhe são conferidas para o mesmo fim, o Administrador de Goa, Damão e Diu, de consulta com o «High Court», nomeia o Sr. Blásio de Souza, «Civil Judge, Junior Division», e «Judicial First Class Magistrate Diu» para exercer com efeito imediato, as funções de «Additional Civil Judge Senior Division», em Damão, cumulativamente com as do seu cargo.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

Kant Desai, Subsecretário.

Panjim, 2 de Julho de 1966.

Notification

L. D./N/40/66

In exercise of the powers conferred by sub-section (3) of section 9 of the Code of Criminal Procedure, 1898, the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu hereby appoints Shri D. H. Patel, Civil Judge, Senior division Daman as the Additional Sessions Judge, and further directs that he shall hold his sittings at Daman.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Kant Desai, Under Secretary.

Panjim, 4th July, 1966.

Industries and Labour Department

Order

LC/6/66

The following Resolution of the Government of India is hereby re-published for the information of all concerned.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

B. K. Chougule, Secretary, Industries and Labour Department.

Panjim, 21st June, 1966.

GOVERNMENT OF INDIA

MINISTRY OF LABOUR, EMPLOYMENT & REHABILITATION

(Department of Labour & Employment)

Dated, New Delhi the 28.5.66

Resolution

No. WB-14(1)/64: In pursuance of the recommendations made in para 25 of Chapter XXVII of the Second Five Year Plan and in para 20 of Chapter XV of the Third Five Year Plan, the Government of India have decided to set up a Central Wage Board for the Road Transport Industry.

2. The composition of the Wage Board will be as follows:—

Chairman:

Shri P. P. R. Sawhny

Independent Members:

Shri R. P. N. Sinha, M. P.
Prof. D. V. Ramana

Members Representing Employers:

Shri D. B. Kamble, I. A. S.
Shri P. N. Nagaswamy

Members Representing Workers:

Shri V. V. Nene
Shri K. M. Sundaram

3. The following will be terms of reference of the Board:—

- (a) to determine the categories of employees (manual, clerical, supervisory etc.) who should be brought within the scope of the proposed wage fixation;
- (b) to work out a wage structure based on the principle of fair wages as set forth in the Report of the Committee on Fair Wages;

Explanation: In evolving a wage structure, the Board will take into account, in addition to the considerations relating to fair wages:—

- i) the needs of the industry in a developing economy including the need for maintaining and promoting exports;
- ii) the requirements of social justice;

Despacho

L. D./N/40/66

No uso das faculdades conferidas pela alínea (3) do artigo 9.º do Código do Processo Penal de 1898, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu nomeia o Sr. D. H. Patel, «Civil Judge, Senior Division», de Damão, para exercer as funções de «Additional Sessions Judge», e mais determina que o mesmo dará audiências em Damão.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

Kant Desai, Subsecretário.

Pangim, 4 de Julho de 1966.

Departamento de Indústrias e Trabalho

Portaria

LC/6/66

Para conhecimento geral, torna-se a publicar a seguinte resolução do Governo da Índia.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

B. K. Chougule, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Pangim, 21 de Junho de 1966.

GOVERNO DA INDIA

MINISTÉRIO DE TRABALHO, EMPREGO E REABILITAÇÃO

(Departamento de Trabalho e Emprego)

Nova-Delhi, 28 de Maio de 1966.

Resolução

N.º WB-14(1)/64. De harmonia com as recomendações feitas no § 25.º do Capítulo XXVII do segundo Plano Quinquenal e no § 20.º do Capítulo XV do terceiro Plano Quinquenal, o Governo da Índia resolveu instituir uma Comissão Central de Vencimentos para os empregados da indústria de transportes por terra.

2. A mesma Comissão será constituída como a seguir se indica:

Presidente:

Sr. P. P. R. Sawhny

Vogais independentes:

Sr. R. P. N. Sinha, M. P.
Prof. D. V. Ramana

Vogais representando patrões:

Sr. D. B. Kamble, I. A. S.
Sr. P. N. Nagaswamy

Vogais representando empregados:

Sr. V. V. Nene
Sr. K. M. Sundaram

3. As seguintes serão as funções da mesma Comissão:—

- (a) Determinar as categorias de empregados (manuais, de carteira, de fiscalização, etc) que devem ficar abrangidos no âmbito da proposta fixação de vencimentos;
- (b) achar um sistema de pagamento de vencimentos baseado no princípio de vencimentos equitativos como se recomenda no relatório da Comissão para pagamento de vencimentos equitativos.

Explicação:— Ao procurar estabelecer um sistema de vencimentos equitativos, a Comissão tomará em consideração, além doutros pormenores relativos ao pagamento de vencimentos equitativos, os seguintes factores:

- i) as necessidades da indústria numa economia progressiva, incluindo a necessidade de manter e promover exportações;
- ii) a necessidade de justiça social;

- iii) the need for adjusting wage differentials in such a manner as to provide incentive to workers for advancing their skill;
- iv) the special features of the road transport industry; and
- v) the desirability of extending the system of payment by results;

Explanation: In applying the system of payment by results, the Board shall keep in view the need for fixing a minimum (fall-back wage) and also to safeguard against over-work and undue speed.

4. The coverage of the Wage Board will be restricted to establishments employing 20 or more workers.

5. The headquarters of the Board will be located at Delhi subject to approval of the Accommodation Advisory Committee. The correspondence intended for the Board shall be addressed to the Chairman, Central Wage Board for Road Transport Industry C/o The Ministry of Labour, Employment, and Rehabilitation, Department of Labour and Employment, Shram-Shakti Bhavan, Rafi Marg, New Delhi.

P. M. NAYAK

Addl. Secretary to the Government of India.

- iii) necessidade de se fazer um ajustamento das diferenças nos vencimentos de maneira a servir de incentivo aos empregados para aumentar a sua proficiência;
- iv) os aspectos mais salientes da indústria de transportes por terra; e
- v) as vantagens de se tornar extensivo o sistema de pagamento de vencimentos por meio de resultados;

Explicação: ao aplicar o sistema de pagamento de vencimentos por meio de resultado, a Comissão tomará em consideração a necessidade de fixar o mínimo de vencimento pagável e bem assim de proteger os empregados contra excesso de trabalho e desnecessária rapidez.

4. O campo de actividades da referida Comissão restringir-se-á às Repartições com 20 ou mais empregados.

5. A sede da Comissão ficará situada em Delhi, sujeito à aprovação da Comissão Consultiva de Acomodações. A correspondência destinada a mesma Comissão deverá ser endereçada ao Presidente, Comissão Central de Vencimentos para os empregados da Indústria de Transportes por terra, c/o Ministério de Trabalho, Emprego e Reabilitação, Departamento de Trabalho e Emprego, Shram-Shakti Bhavan, Rafi Marg, Nova-Delhi.

P. M. NAYAK

Secretário, adicional, do Governo da Índia.

Order

LC/1/66

The following award given by the Industrial Tribunal on an Industrial Dispute between Messrs. Damodar Mangalji & Co. (India) Ltd., Vasco-da-Gama and the workmen employed under them at their Dabolim Workshop referred to it vide Government Order, Industries and Labour Department no. LC/1/65/2484 dated 17th August 1965 is hereby published as required vide provisions of Section 17 of the Industrial Disputes Act, 1947 (xiv of 1947):—

Before Shri S. Taki Bilgrami, Presiding Officer of Industrial Tribunal Goa, Daman and Diu

Reference (IT-GDD) No. 5 of 1965

Messrs. Damodar Mangaljee & Co. (India) Ltd., Vasco-da-Gama and

The workmen employed under them at their Dabolim workshop.

In the matter of permanency, Bonus for the year ending 1963, gratuity, travelling allowance, classification of pay scales etc.

Appearances: Shri A. T. Joshi, Labour Adviser with Shri G. L. Joshi, Labour Officer, for the Company.

Shri Mohan Nair, General Secretary, Goa Dock Labour Union, for the workmen.

AWARD

This is a reference under sub-section (4) of Section 12 of the Industrial Disputes Act, 1947 (XIV of 1947) by the Government of Goa, Daman and Diu, for adjudication of a dispute between Messrs. Damodar Mangaljee & Co. (India) Ltd., Vasco-da-Gama and the workmen employed under them at their Dabolim Workshop, over the demands such as permanency, bonus for the year ending 1963, gratuity, travelling allowance, classification of pay scales etc.

The parties have filed a settlement and requested me to make an award in terms of the same. I make an award in terms of the settlement annexed hereto and marked as Annexure «A», so far as matters covered by the terms of reference are concerned, in regard to the extraneous matters this should be treated as an agreement. Necessary stamp has been affixed.

S. TAKI BILGRAMI
Presiding Officer

Bombay, 13th June 1966.

TERMS OF THE SETTLEMENT

1. Permanency:

It is agreed that the workmen whose names are shown in the attached annexure would be made permanent as indicated in the annexure AI

2. Leave:

It is agreed that the permanent workmen would be given leave as follows:—

Casual leave 7 days in a calendar year.

Sick leave 7 days in a calendar year.

Privilege leave as provided in the Factories Act 1948.

Casual leave is not cumulative.

Sick leave can be accumulated upto a period of 14 days.

Privilege leave would be accumulated as provided in the Factories Act 1948.

Casual leave cannot be joined with any other type of leave.

The above leave provisions would come into force with effect from 1-1-1966.

3. Bonus:

The workmen do not press their demand for Bonus for the year 1963 i.e. for the accounting year ending 31st March, 1964.

It is agreed that the workmen covered by this reference will be paid Bonus for the accounting year 1964-65 at 4% of their wage earned by them.

The conditions of eligibility for payment of the bonus for 1964-65 will be as provided in the Payment of Bonus Act 1965.

4. Free Medical Facilities:

It is agreed that the company will arrange at its own cost a medical check-up of all its workmen in its workshop at Dabolim which will be once in every year i.e. in the month of January of every year; provided that the results of such medical check-up will be binding on the workmen. The first medical check-up would be conducted on or before 3-4-1966.

5. Gratuity Scheme:

The workmen have withdrawn this demand.

6. Uniforms:

It is agreed that only permanent skilled workmen and the watchmen will be given two pairs of uniforms free of cost (Boiler suit to the skilled workmen and khaki uniforms to watchmen). The first issue of uniforms as agreed hereunder will be effected in April/May 1966 and thereafter in the month of March/April in future.

7. Travelling Allowance and Bhatta:

It is agreed that the management will pay the expenses incurred by any workman sent out on company's duties. Without prior sanction no special conveyance shall be arranged. It is also agreed that the management will further pay an amount of Rs. 1-50 Ps. for lunch and an amount Rs. 0-25 Ps. for tea if such workman is required to go out during the meal or tea time.

8. Recreation and Rest Room:

The management agrees to grant financial assistance as deemed essential to a recreation club if set up by the workers. The amount of grants would however be left to the discretion of the company. The management also agrees to co-operate with the Union if a common Recreation Room for workmen of M/s. Shantilal Kushaldas & M/s. Damodar Mangalji & Co. (Pvt.) Ltd., is formed. The terms of such assistance would be drawn in due course.

9. Classification of Wage Scales:

It is agreed that the workmen who are at present working at the workshop be calculated as shown in the statement attached to this settlement and marked Annexure A.

10. Wage Scales:

It is agreed that the wages at consolidated scales (i.e. inclusive of all allowances) will be introduced in the Workshop and will be made applicable to all permanent workmen, therein with effect from January, 1965 as given in Annexure A. Accordingly all the existing permanent workmen and those temporary who have been made permanent under clause 1 hereinabove, will be adjusted in the above wage scales with effect from that date.

It is specifically agreed between the parties that the company shall continue to engage as at present according to its exigency of work, women workers on a purely casual and/or temporary basis and it is further agreed that none of them shall claim or will be entitled to any right of permanency whatever be the length of their casual or temporary employment. Further it is also made clear herein and accordingly agreed that the company will in its absolute discretion terminate the service of any women worker/s as it deem fit, provided further that as from 1-III-1965 every woman worker engaged by the company will be paid a total wage of Rs. 2-50 per working day.

11. Increment:

It is further agreed between the parties that the first annual increment with adjustments in the above scales will be given with effect from 1st January, 1966 and on first January in future years.

12. This settlement shall remain in force initially for a period upto 31st December, 1968 and thereafter also until terminated on either side by a statutory notice of two months. During the pendency of settlement the Union and the workmen hereby undertake and agree that they or any of them shall not raise any demand or dispute which is covered by this settlement.

13. During the pendency of the settlement the Union and the workmen hereby undertake and agree that they or any of them shall not resort to any strike, go slow or any act of indiscipline and the employer company, agrees, it shall not resort to any lock-out victimisation or unfair labour practice.

Representative of the Management. Representative of the Union.

Director
L. Officer

Goa Dock Labour Union
Gen. Secretary

ANNEXURE-A

Name of the workmen	Designation	Consolidated pay scale	New consolidated wages after adjustment and/or increment
T. O. Joseph	Mechanic	Rs. 215-12-50-375- -EB-15-480	Rs. 450
Marcos	Mechanic	Rs. 225-10-305- -15-410	Rs. 300
Fernandes	Electrician	Rs. 225-10-305- -15-410	Rs. 265
J. Dias	Carpenter	Rs. 165-7-50-325- -EB-10-410	Rs. 175
Narcinva Naik	Blacksmith	— Do —	Rs. 170
Naru Naik	Welder	— Do —	Rs. 170
Joseph Azavedo	Supervisor	Rs. 150-7-50-210- -EB-10-280	Rs. 150
R. Amoncar	Painter	Rs. 125-7-50-185- -EB-10-255	Rs. 125
Sebastiao D'Souza	Mancoolie	— Do —	Rs. 150
Marian Fernandes	Mancoolie	— Do —	Rs. 130
Sitaram Naik	Cutter	Rs. 165-7-50-225- -EB-10-295	Rs. 130
Sheik Imam	Assistant Electn.	Rs. 100-5-140-EB- -7-50-192.50	Rs. 100
(Provided he is certified fit by the Medical Officer)			
Mohan Singh	Watchmen	— Do —	Rs. 110
Kalusingh			
Francis Rodrigues	Apprentice	Rs. 100-5-140	
Willie D'Costa			
Hipolita Fernandes			
Other unskilled hands		Rs. 95-5-140	
Female labour		Rs. 2.50 per day to be retained only on casual basis.	

The workers will get the wages indicated in the last column with effect from 1st January, 1965 (only permanent workers) and the increment with adjustment, if any, will be given with effect from 1st January, 1966. The wages payable from 1st January, 1965 will be paid on the basis of actual wages they have drawn.

The arrears incurred upon as a result of this award shall be paid to the workmen within 30 days from the publication of this award in the Government Gazette or before 31st March, 1966, whichever is earlier.

ANNEXURE — A1

With reference to clause no. 1, the following workers will be made permanent and they will be paid the minimum of wages of the grade prescribed for respective categories or they will be allowed to work as temporary hands and in that case their services are liable to terminate as soon as the temporary work is over. The workers will be given time of 15 days from signing of this settlement to exercise the option as to whether they will continue as temporary hands or they will accept the permanency in the present prescribed scale.

1. Jose D'Souza.
2. Alehua Pereira.
3. Mr. Lauzarus Fernandes.
4. Jose Gama.
5. Baptista Gama.
6. Antonio Colacao.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

B. K. Chougule, Secretary, Industries and Labour Department.

Panjim, 29th June, 1966.